

ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO LITORAL SUL DO ESTADO DA BAHIA: UMA LEITURA GEOGRÁFICA

Hingryd Inácio de Freitas*

RESUMO: *O quadro agrário baiano apresenta um elevado grau de concentração fundiária que vem sendo acentuado pelo desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo. No Litoral Sul, onde a lavoura cacaueteira atuou como elemento estruturante de sua configuração sócio-espacial, percebeu-se o pioneirismo da organização sindical camponesa, como também se percebe a maior concentração de acampamentos e projetos de assentamentos rurais dirigidos pela política estatal e implementados pela ação dos movimentos sociais de luta pela terra. A atual crise da lavoura cacaueteira, iniciada na década de 80, vem desencadeando uma nova dinâmica no contexto regional. Assim, percebe-se o surgimento de novos agentes e processos que se materializam através da criação de novas formas como também da refuncionalização das formas já existentes. Contudo a concentração fundiária, historicamente construída, permanece como herança colonial e, juntamente com a reestruturação dos processos produtivos regionais, vem ocasionando a exclusão social de milhares de famílias. Assim, objetiva-se identificar e analisar os processos sociais que deram origem a esta realidade e que a mantêm, bem como entender como a atuação dos movimentos social tem tentado romper com esta lógica, imprimindo assim uma nova dinâmica regional. Estão utilizadas as categorias geográficas definidas por Milton Santos: forma, função, estrutura e processo, partindo do pressuposto de que o espaço geográfico é socialmente produzido.*

Palavras-chave: Reforma Agrária; Estrutura Fundiária; Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

O quadro agrário baiano apresenta uma estrutura fundiária que se expressa de forma concentradora e excludente, sendo, dessa forma, reproduzida a forma de apropriação e transformação da natureza adotada pela Coroa Portuguesa, durante o período colonial, na lógica da acumulação primitiva do capital.

Esta reprodução da concentração fundiária vem sendo conduzida pelas políticas agrícolas implementadas pelo Estado através das quais se percebe a intensificação das relações capitalistas de produção no campo, no qual o processo produtivo se torna mais intensivo sob o controle do capital. Esta realidade difunde-se por todo o território baiano, sendo, entretanto, observadas particularidades regionais decorrentes da organização sócio-espacial acumulada em cada fração do território baiano, ao longo do seu processo histórico de formação.

Na Região Econômica do Litoral Sul¹, onde a lavoura cacaueteira – uma monocultura agroexportadora – atuou como o elemento impulsionador da dinâmica social, percebeu-se o pioneirismo da organização sindical camponesa como também se percebe a maior inserção dos movimentos sociais de luta pela terra no Estado da Bahia que vêm marcando a paisagem com a espacialização dos acampamentos e dos projetos de assentamentos de reforma agrária dirigidos

* Estudante do curso de graduação em Geografia na UFBA e integrante do Projeto GeografAR (A Geografia dos Assentamentos na Área Rural) - Trabalho de iniciação científica – IC/CNPq – hingryd@bol.com.br. Orientadora: Guiomar Inez Germani - Professora Doutora em Geografia, participante do mestrado em Geografia da UFBA, pesquisadora do CNPq, e coordenadora do Projeto GeografAR (Geografia dos Assentamentos na Área Rural) – guiomar@ufba.br

¹ Regionalização proposta pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), sendo adotado como critério as características sócio-econômicas dos municípios baianos. Esta Região é composta por 53 municípios, equivalendo a maior região econômica do território baiano.



pela ação do Estado. Desta forma, mostra-se como um *locus* privilegiado de análise no âmbito da ciência geográfica.

Este trabalho, em andamento, apresenta-se como desdobramento da pesquisa intitulada “Leitura do Espaço Agrário no Estado da Bahia”, desenvolvida no âmbito do Projeto GeografAR² onde foram coletados os dados no Censo Agropecuário (1995/96) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por área e número de estabelecimentos em hectare e calculado o Índice de Gini³ de todos os municípios do Estado da Bahia

Posteriormente, utilizaram-se as categorias definidas por Lourival Câmara: (0,000 a 0,100) = nula; (0,101 a 0,250) = nula a fraca; (0,251 a 0,500) = fraca a média; (0,501 a 0,700) = média a forte; (0,701 a 0,900) = forte a muito forte; (0,901 a 1,000) = muito forte a absoluta. Foi constatado que a maioria dos municípios baianos apresentam uma concentração fundiária considerada forte a muito forte, com o Índice de Gini variando entre 0,701 a 0,900. Após os resultados obtidos, fez-se a espacialização na base cartográfica do Estado da Bahia.

O atual esforço é debruçar-se sobre uma região, no caso do Litoral Sul, tentando identificar e analisar os processos sociais que deram origem a esta forma de apropriação e transformação da natureza e que as mantêm por tanto tempo, bem como entender como a atuação dos movimentos sociais – com ênfase no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – têm tentado romper com esta lógica, imprimindo assim uma nova organização social que reflete diretamente na produção do referido espaço geográfico. Para tanto, estão sendo utilizadas as categorias geográficas definidas por Milton Santos: forma, função, estrutura e processo – também orientam as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto GeografAR –, partindo do pressuposto de que o espaço geográfico é socialmente produzido.

O LATIFÚNDIO NO LITORAL SUL

A base estrutural do latifúndio no espaço agrário baiano foi criada pelo caráter mercantilista do seu processo de povoamento, iniciado no século XVI. A fim de legitimar a conquista do território, grandes extensões de terras foram doadas por D. João III à aristocracia portuguesa através do sistema de Capitânicas Hereditárias.

O Litoral Sul passou a integrar as capitânicas de São Jorge dos Ilhéus e de Porto Seguro, por meio das doações efetuadas a Jorge Figueiredo Correia e a Pedro do Campo Tourinho, como seus respectivos donatários.

Neste contexto, a economia regional evoluiu de um estágio essencialmente extrativista para o desenvolvimento agrícola da cana-de-açúcar. Ressalta-se que o povoamento induzido pela Coroa Portuguesa foi antecedido pela ocupação indígena, a exemplo das tribos Tupi, Jê e Kariri, que foram dizimadas e expropriadas de suas terras.

O cultivo da cana de açúcar prevaleceu até o final do século XVIII. No final desse século, foram introduzidas as culturas de algodão, café e cacau, com mérito para o café e o cacau que, até meados do século XIX, exerceram um papel fundamental no crescimento demográfico, na expansão do povoamento e na dinamização interna da economia regional.

Segundo Tavares (2001, p. 363), o cacaueiro chegou à Bahia em 1746, por iniciativa do suíço *Frédéric Louis Warneaux*, que trouxe uma muda de cacau do Pará e plantou na Fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo, em áreas que hoje constituem o município de Canavieiras.

² Projeto GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural, coordenado pela Prof^a. Dr^a Guiomar I. Germani e vinculado ao CNPq e ao DGEO/UFBA, desde 1996.

³ O Índice de Gini é a medida do grau de concentração ou desigualdade de distribuição, nesse caso, a terra. O valor do coeficiente de Gini oscila entre 0 e 1. Quanto mais próximo do zero, menor o grau de concentração e quanto mais próximo do valor 1, maior.

No limiar do século XIX, o café já se encontrava em plena decadência, e a cacauicultura expressava sua hegemonia na economia regional. As condições edafoclimáticas contribuíram para esta conjuntura, entretanto a grande quantidade de terras devolutas existentes foi o fator decisivo para o acelerado crescimento da lavoura cacauera. Assim, centenas de aventureiros migraram para a Região, ocupando o litoral e, posteriormente, avançando para o interior, em áreas ainda ocupadas pelas tribos indígenas, logo expulsas ou dizimadas.

A cacauicultura nasce sob a égide do capitalismo comercial sendo sua implantação na Bahia, em meados do século XVIII, resultado da lógica do lucro e do cálculo capitalista, já que o desbravador nada mais era que um capitalista que aspirava converter-se também em proprietário fundiário, dirigente do processo produtivo. (BAIARDI, 1984, p. 53)

Na passagem para o século XX, o cacau assume o caráter de monocultura agroexportadora-*commodity* – sendo originado um processo de valorização espacial através da concentração dos meios de produção e centralização de capitais, situação que não favorecia a materialização da luta social pela posse da terra. Com isso, a ação dos sindicatos regionais – pioneira no estado da Bahia – mostrou-se restrita a reivindicação dos direitos dos camponeses e dos trabalhadores rurais, com o significativo apoio da Igreja Católica.

Nas regiões de real e fundamental expressão na economia agrária brasileira, e onde concentra a larga maioria da população trabalhadora rural [...], nos cacauais da Bahia etc. Nessas regiões a reivindicação da terra não encontra eco, e não se esboçou aí, em proporções dignas de nota, nenhum sintoma de luta social. (PRADO JÚNIOR, 1979, p.168)

Baiardi também menciona a ação pontual do sindicalismo rural: “[...] os sindicatos formados quase não tiveram tempo de promover e conduzir lutas de caráter mais geral, restringindo-se a garantir individualmente os direitos de trabalhadores atingidos por demissões, ameaças etc.” (BAIARDI, 1979, p. 21).

A crise cacauera e a inserção dos movimentos sociais

Ao longo do seu processo produtivo, a cacauicultura sempre conviveu com crises cíclicas, entretanto a crise que se abate atualmente, iniciada na década de 1980 e agravada com a proliferação da vassoura de bruxa⁴, vem ocasionando transformações estruturais no Litoral Sul.

Esta realidade pode ser explicada através da inter-relação estabelecida entre a organização da produção, a organização da sociedade e a produção do espaço geográfico que Santos assim explicita:

O espaço constitui um produto social em permanente processo de transformação e para estudá-lo, cumpre apreender sua relação com a sociedade,

⁴ Conhecida cientificamente como *Crinipelis perniciosa*, esta doença manifesta-se com a penetração dos esporos do fungo no tecido em crescimento do cacauero, produzindo os sintomas que são observados tanto na copa como no tronco. Nos lançamentos verifica-se a formação lateral de outros brotos, dando o aspecto característico de uma vassoura. Esses brotos apresentam-se mais grossos que os normais, com entrenós curtos e folhas geralmente grandes, curvadas ou retorcidas. Com dois a quatro meses, as folhas secam e adquirem o formato de uma vassoura. Nas almofadas florais formam-se cacho de flores anormais, com hastes grandes e inchadas, as quais são originados frutos com formato de morangos que morrem prematuramente. Os frutos podem ser infectados quando jovens, a partir da penetração de esporos que paralisam seu crescimento ou quando mais desenvolvidos, aparecendo manchas negras duras e irregulares, ficando as amêndoas unidas entre si, portanto inaproveitáveis.

pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos e especifica a noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a compreensão da produção espacial. Assim, sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos quanto os velhos) assumem novas funções e a totalidade da mutação cria uma nova organização social. (SANTOS, 1985, p. 49).

A falência de muitos cacauilcutores junto às exportadoras, bancos e agiotas revelaram significativas mudanças na organização social regional. Uns se desfizeram de suas propriedades, outros abandonaram-nas ou então utilizaram-nas como títulos para pagamentos das dívidas existentes. Paralelamente, a estagnação produtiva das fazendas de cacau desencadeou o desemprego de muitos trabalhadores rurais que passaram a migrar para os centros urbanos locais, a exemplo de Itabuna e principalmente de Ilhéus, que, além de possuir a maior área produtora da Região, simbolizava o local de escoamento do produto para o exterior através do Porto de Ilhéus.

Nesta conjuntura, foi gerado um volume excedente de força de trabalho que passou a reivindicar a posse da terra como meio de sobrevivência e inclusão social e, assim, foram criadas as condições materiais (objetivas e subjetivas) que possibilitaram a inserção dos movimentos sociais de luta pela terra no cenário regional.

A atuação dos movimentos sociais e suas repercussões sócio-espaciais

O Litoral Sul expressa a maior concentração de acampamentos e projetos de assentamentos rurais dirigidos pela política estatal e implementados pela ação dos movimentos sociais de luta pela terra no território baiano. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o estado da Bahia é composto atualmente por 330 projetos de Reforma Agrária. Destes, 83, (25,1%) estão localizadas no Litoral Sul, com 6.035 famílias assentadas; e 251 acampamentos, destes, 81, (32,3%) estão na Região, com 5.405 famílias acampadas. (Tabela 01 e Figura 01)

Tabela 01 - Acampamentos e Projetos de Reforma Agrária implantados no Estado da Bahia, 2004.

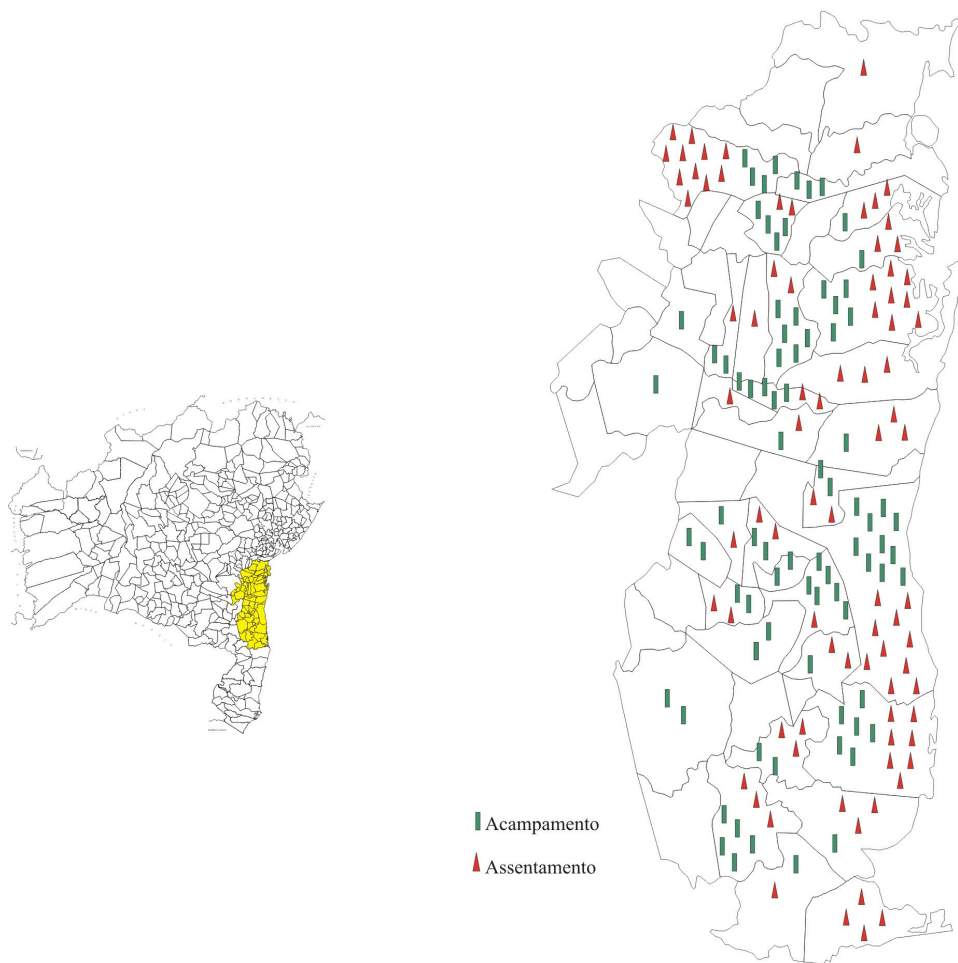
Região Econômica	Acampamentos ¹		PRA ²		
	Nº	Famílias	Nº	Área	Famílias
Baixo Médio São Francisco	03	125	04	23.037,40	397
Chapada Diamantina	11	1.000	23	166.775,57	4.794
Extremo Sul	19	3.584	37	106.413,93	4.061
Irecê	08	550	14	55.516,28	1.699
Litoral Norte	12	764	09	78.165,83	1.533
Litoral Sul	81	5.405	83	134.415,99	6.035
Médio São Francisco	35	2.136	40	143.970,35	3.888
Metropolitana de Salvador	06	428	01	1.980,73	86
Nordeste	27	2.922	28	89.721,61	2.825
Oeste	11	1.137	23	166.602,47	3.911
Paraguaçu	19	1.705	27	46.043,29	1.309
Piemonte da Diamantina	05	189	17	24.252,14	1.080
Recôncavo Sul	04	278	07	6.812,15	327
Serra Geral	01	38	-	-	-
Sudoeste	09	998	17	69.696,20	1.962
TOTAL	251	2.1259	330	1.113.403,94	33.907

Fonte: 1 INCRA, MST, FETAG, CETA (fevereiro/2004) ; 2 INCRA (junho/2004)

Elaboração: Projeto GeografAR , por *Hingryd Inácio de Freitas*

Figura 01

BAHIA
REGIÃO ECONÔMICA DO LITORAL SUL
ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS RURAIS
2004



FONTE: INCRA, MST, FETAG e CETA
ELABORAÇÃO: Projeto GeografAR
Por Cirleane Jeane Santos e Santos
& Hingryd Inácio de Freitas

Estes agentes sociais iniciaram a sua espacialização no território baiano na década de 1990, ao ocuparem a Fazenda Mariana, no município de Camamu, que culminou com a criação do PA Mariana simbolizando a primeira vitória da luta social pela posse da terra conduzida pelos movimentos sociais, neste caso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No cenário regional, também configuram outros movimentos sociais de luta pela terra, como a Coordenação Estadual dos Trabalhadores Rurais Acampados e Assentados (CETA) e o Movimento de Luta pela Terra (MLT), além de organizações sindicais como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e o Pólo de Unidade Camponesa (PUC) que se fundamentam na utopia de transformação social, sendo, para tanto, adotado o instrumento de luta comum que teve como percussor o MST: as ocupações. E estas, ao traduzirem a pressão que estes agentes sociais exercem sobre o Estado, vêm conduzindo a implementação dos projetos de assentamentos de Reforma Agrária na Região.

Vale ressaltar que, embora a lavoura cacaueteira esteja em decadência, a permanência dos cacaueteiros nas propriedades rurais – dada pela falência dos cacauicultores – ainda garante o seu caráter produtivo, dificultando a emissão dos decretos de desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No entanto profundas transformações vêm sendo observadas no quadro agrário regional, seja nas relações de trabalho, com a adoção em larga escala do sistema de parceira em substituição ao trabalho assalariado, seja na extração da renda da terra, na qual vem sobressaindo o arrendamento.

Contudo a estrutura fundiária, entendida como “a concretização no espaço da forma como os grupos sociais se organizam em sociedade” (GERMANI, 2002), continua a revelar uma elevado grau de concentração e exclusão social.

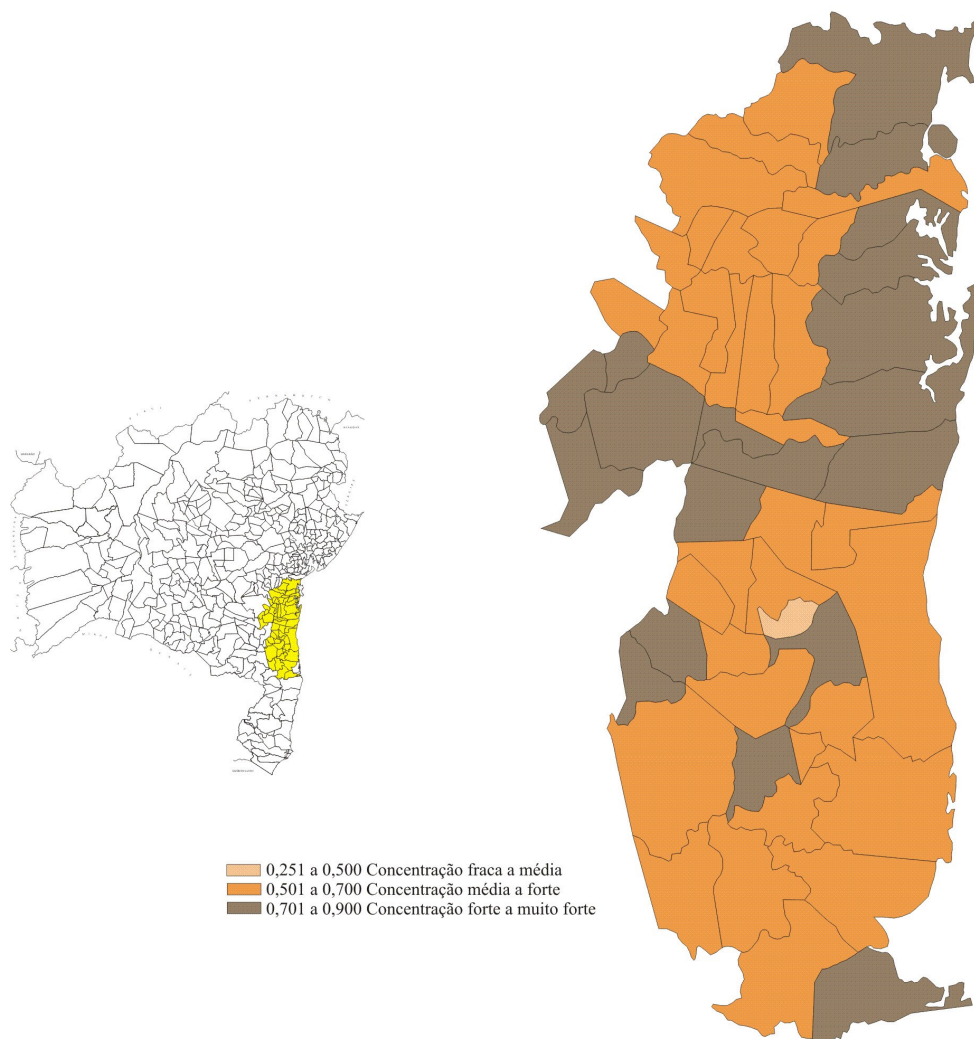
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Dentre os resultados obtidos na pesquisa, 60,3% dos municípios da Região apresentam o Índice de Gini variando entre 0,501 a 0,700 o que vem a significar uma concentração variando entre média a forte; os demais, (37,7%) dos municípios apresentam o Índice de Gini variando entre 0,701 a 0,900 o que expressa uma concentração variando entre forte a muito forte.

Apenas o município de Barro Preto enquadra-se na classe 0,251 a 0,500, o que significa uma concentração fundiária fraca a média. A estrutura fundiária do município revelou a existência de um elevado número de pequenas e médias propriedades. Contudo esta realidade suscita uma análise mais aprofundada visto que é comum, na Região, um único cacauicultor possuir várias propriedades de forma descontínua que passam a ser registrados como estabelecimentos distintos nos censos agropecuários baianos. (Figura 02)

Figura 02

BAHIA
REGIÃO ECONÔMICA DO LITORAL SUL
ÍNDICE DE GINI
1995/96



FONTE: INCRA, MST, FETAG e CETA
ELABORAÇÃO: Projeto GeografAR
Por Cirlene Jeane Santos e Santos
& Hingryd Inácio de Freitas

No entanto a atuação dos movimentos sociais – com ênfase no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - têm tentado romper com esta lógica, imprimindo assim uma nova organização social que reflete diretamente na produção do espaço geográfico, no qual se percebe a criação de novas formas como também a refuncionalização das formas existentes dadas pela espacialização dos acampamentos e assentamentos.

Assim, faz-se necessário o entendimento destes elementos que marcam a paisagem, construindo assim uma nova geografia no campo baiano.

O acampamento é o momento da ocupação dos latifúndios improdutivos e/ou a beira da estrada. A resistência se configura com os camponeses permanecendo na terra ocupada, na dura incerteza de sobreviverem à solidão e à incerteza, figuradas nos barracos de lona à medida que tentam o construir de uma vida coletiva no grupo social que se forma. Considera-se Projetos de Assentamento de Reforma Agrária a consolidação da conquista da terra através da desapropriação e imissão de posse, via intervenção do Estado, que é o agente legalmente constituído para tal ato. Para os sem terra é materialização da esperança, ou seja, uma nova fase que se inicia com a concretização dos sonhos. No assentamento novas relações se estabelecem, pois os que antes não tinham terra agora as têm, além de adquirirem novos direitos, bem como, maiores responsabilidades com o grupo social do qual fazem parte e com a sociedade. (SANTOS e SANTOS, 2004, p.56-57)

Esta realidade vem a legitimar a perda da hegemonia econômica dos latifundiários, que, apesar de manterem a sua influência política – legitimada pela permanência do latifúndio - passam a constituir o cenário regional como os acampamentos e assentamentos que, ao se espacializarem, vêm implementando uma nova organização social.

Entretanto, como afirma GERMANI (1997, p.2.), os projetos de assentamentos se apresentam como uma ocupação diferenciada, num espaço geográfico específico. É o modo como vai se manifestar a continuidade da luta pela terra e apresentar novos desafios que vai imprimir a tônica da produção. Ou seja, a implantação do PA não encerra a luta social pela terra, uma vez que este momento significa a posse, mas não a permanência na terra. A produção do espaço dos assentamentos, por meio do trabalho das famílias assentadas, será marcada por novos desafios. E estes, por sua vez, serão decorrentes das orientações dadas pelos movimentos sociais na gestão do assentamento. No entanto a espacialização dos assentamentos, assim como dos acampamentos revitaliza a utopia de uma outra sociedade, no qual a estrutura fundiária vem a se revelar de forma menos concentrada e excludente.

REFERÊNCIAS

BAIARDI, A. *Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1984. 156 p.

BUENO, E. *Capitães do Brasil - A Saga dos Primeiros Colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. 288p.

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) – Sul da Bahia*. Governo do Estado da Bahia; Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). Salvador, 1997. 217 p.



GERMANI, G I; CARVALHO, E. *Pesquisa sobre a Política do Banco Mundial para o Meio Rural com base no Projeto Cédula da Terra – Relatório do Estado da Bahia*. Salvador, 2001. 93 p.

GERMANI, G I; SANTOS, C J. S. *Leitura do Espaço Agrário no Estado da Bahia – Índice de Gini*. Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Petrolina, 2002. 250-252 p.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. *A Valorização do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1987. 196p.

OLIVEIRA, A U. *Modo de Produção Capitalista e Agricultura*. São Paulo: Ática. 1986.

RODRIGUES, R. M. C. *O Projeto Pedagógico do MST: A Intenção e o Gesto*. Dissertação de Mestrado - UNEB, Salvador, 2003. 123p.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1996. 88p.

SANTOS e SANTOS, C J. *O Processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no estado da Bahia*. Dissertação de Mestrado – UFBA, Salvador, 2004. 220p.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. *A Valorização do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1987. 196p.

TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP: Salvador: EDUFBA, 2001. 542 p.